

BOLETIM

Empresas
Públicas



Campanha Salarial 2024-2025

NEGOCIAÇÕES COM O GOVERNO CONTINUAM SEM AVANÇO

Desde o último boletim (11/06), mesmo com as fortes e insistentes articulações políticas dos Sindicatos, não houve avanços significativos em relação às negociações dos ACTs 2024/2025. A única novidade foi a proposta do Governo de uma nova prorrogação do ACT 2023/2024 até 30 de julho/2024, mas sem garantir direitos históricos dos trabalhadores. Os Sindicatos já se posicionaram contrários à prorrogação, tendo em vista que a enrolação para avançar nas negociações é do próprio Governo.

REUNIÃO COM SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No dia 1º de julho, o presidente do Sintagri e coordenador do Comando Unificado, reuniu-se com o Secretário Vânio e, mais uma vez, esclareceu ponto a ponto as demandas apresentadas como prioritárias pelos Sindicatos e que o Secretário parecia não ter entendido desde o início das negociações.

A reunião pareceu ser produtiva, inclusive com uma sinalização verbal positiva por parte do Secretário. Porém, desde aquela data, nenhum outro contato foi feito pelo Governo.

A situação permanece sem progressos concretos, com o Governo postergando as negociações e, inclusive, tentando colocar a culpa nos Sindicatos, o que é completamente inverdade, pois os Sindicatos não são contrários ao PDVI. Muito pelo contrário, só estão querendo resguardar os direitos dos trabalhadores, propondo que seja feito em instrumento à parte. A intransigência do Governo em vincular as negociações da data-base ao PDVI é que está travando as negociações.

IMPACTOS NO PDVI DA EPAGRI

Os trabalhadores inscritos no Programa de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) da Epagri, que inicialmente deveriam sair em julho, agora são obrigados a permanecer na Empresa.

Isso só ocorre porque as Empresas e o Governo insistem em vincular o PDVI ao ACT, sem apresentar uma proposta aceitável.

É importante que todos permaneçam informados e mobilizados!
Vamos mostrar nossa FORÇA!

SINDICATOS PERMANECEM NA BUSCA DE APOIO POLÍTICO

Os Sindicatos continuam buscando apoio dos presidentes das Empresas, Secretários de Governo e Deputados na Alesc. Visando agilizar o processo e a apresentação de uma proposta oficial por parte do Governo, o Comando Unificado redigiu e encaminhou texto alternativo para as cláusulas em destaque, com o objetivo de subsidiar as negociações, mas também não obteve nenhuma resposta até o momento.

A verdade é que o Governo não apresenta uma proposta que contemple itens inegociáveis, como o reajuste do INPC e retroatividade, reajuste do Vale Alimentação para R\$ 800,00, progressão por merecimento dos dirigentes sindicais liberados e da renovação da cláusula de caracterização de justa causa para fins de desligamento de empregado por 2 anos.

SEM PROPOSTA. NÃO É NEGOCIAÇÃO!

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE FORTALECIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS AGRÍCOLAS



Conforme proposto pelo Grupo de Trabalho do Fortalecimento das Empresas Públicas Agrícolas da ALESC, nesta quarta-feira (10/07), foi realizada Audiência Pública que contou com a participação de trabalhadores, representantes dos Sindicatos, das Empresas, do Governo, alguns Deputados e outros envolvidos.

Mesmo com o destaque da ausência do Secretário da Agricultura, que frequentemente tem se esquivado do tema, e do Secretário da Administração, que na função de negociador oficial do ACT também não apareceu mesmo tendo confirmado presença, o debate sobre o fortalecimento da Epagri, Cidasc e Ceasa, valorização dos trabalhadores, garantia do atendimento aos agricultores e à sociedade catarinense como um todo foi rico e importante.

**A GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ESTÁ
PUBLICADA NAS REDES SOCIAIS DO SEAGRO-SC**

**Juntos somos
mais fortes!**